



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Via N2, Bloco de Apoio II, telefones 3303-3014 /3303-3592 / 3303-3595
e fax 3303-3627

CONVITE Nº 002/2012.	
REABERTURA: 19/11/2012	ÀS 09:30 HORAS
Processo n.º 021.432/12-0	

Convidamos V.S^a a apresentar na data supracitada documentação e proposta de preço para o objeto abaixo especificado.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para reforma de espaço com aproximadamente 110 m² onde será instalada a expansão do arquivo deslizante do SEDARQ/SRH, na Unidade de Apoio I do Senado Federal.

APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE Nº 1) E PROPOSTA (ENVELOPE Nº 2) EM ENVELOPES LACRADOS, IDENTIFICANDO A LICITANTE, O NÚMERO DO CONVITE, A DATA E O HORÁRIO DE ABERTURA.

1. DA DOCUMENTAÇÃO

1.1- DOCUMENTOS QUE OBRIGATORIAMENTE DEVERÃO SER APRESENTADOS, SOB PENA DE INABILITAÇÃO:

- 1.1.1-** prova de Habilitação Jurídica, na forma do artigo 28 da Lei 8.666/93;
- 1.1.2-** prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (CND);
- 1.1.3-** prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF);
- 1.1.4 -** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 1.1.5 -** Declaração de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme previsto nos itens 3.2 e 3.3 deste edital, respectivamente.
- 1.1.6 -** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:



SENADO FEDERAL

1.1.6.1 – Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da cópia da respectiva Certidão de Acerto Técnico (CAT) emitida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) com circunscrição sobre o local da obra, devendo comprovar que a empresa licitante executou, de forma satisfatória, serviços de reforma ou construção de edificação compatível com a característica, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

- a) Serviço de reforma ou construção de edificação com pelo menos 50 m², que inclua o assentamento de piso em porcelanato e instalações de ar condicionado com alimentação de água gelada. Esse valor mínimo corresponde a 45% da área total estimada do objeto da licitação.

1.1.6.2 - Atestado de Capacidade Técnica Profissional, comprovando possuir vínculo, na data fixada para entrega dos envelopes contendo documentação e propostas, com pelo menos um profissional com graduação superior em Engenharia Civil ou Arquitetura, registrado no CREA ou CAU como responsável técnico pela empresa, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU, que o relacione como responsável técnico pela execução de obra com característica, vulto e complexidade compatível com a do objeto da licitação, com quantitativos iguais ou superiores aos exigidos no item 1.1.6.1.

- a) A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

1.1.7 - Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854/99, conforme modelo constante do Anexo 07.

1.1.8- Declaração de que a licitante não se encontra, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar, ou declarada inidônea por qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, conforme modelo constante do Anexo 08.

1.1.9 - Declaração de inexistência de fato impeditivo (Anexo 9).

1.1.10 - Declaração de proposta independente (Anexo 11).



SENADO FEDERAL

1.2 - Será assegurado o tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/06, às microempresas e empresas de pequeno porte que comprovarem, na habilitação (envelope nº 1), tal condição, mediante apresentação de certidão expedida pela junta comercial ou pelo cartório de registro civil de pessoas jurídicas, conforme o caso, e declaração de que a licitante se enquadra no conceito de microempresa ou empresa de pequeno porte para esse fim, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo 10).

1.3 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

1.4 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidos não será habilitante quando o intervalo entre sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

1.4.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

2. DA PROPOSTA

2.1- A proposta, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para abertura desta licitação, impressa em duas vias, na língua portuguesa, sem rasuras, com nome e endereço completos, telefone (*fax*), CNPJ, números da agência, da conta corrente e do banco; número da licitação, dia e hora da abertura; datada e assinada pelo responsável legal, deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

2.1.1- preço global da proposta, em algarismo arábico, na moeda Real, e por extenso, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução do contrato;

2.1.1.1 - O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

2.1.1.2 - A empresa licitante deve considerar as restrições de acesso e de trabalho para elaborar sua proposta comercial, uma vez que poderá ser necessário trabalhar no período noturno e nos finais de semana.



SENADO FEDERAL

2.1.2- cronograma físico-financeiro de desembolso, com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de composição de custos;

2.1.3- planilha orçamentária, detalhando todos os componentes definidos no Anexo 01 (Especificações), descrevendo seus quantitativos, marcas, preços unitários e preços totais, incluindo a mão-de-obra, expressos em Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, inclusive seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros que venham incidir;

2.1.4- o percentual relativo à Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, limitado ao máximo de 25,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento), calculado conforme Ato do Primeiro-Secretário do SENADO nº 10/2010 (Anexo 12); e

2.1.5- as empresas não poderão usar a unidade **Vb (verba)** para quantificar as planilhas orçamentárias.

2.2- Prazo de execução da obra não superior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

2.3- Na hipótese de incoerência entre o preço unitário e o total prevalecerá o primeiro; ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e o por extenso, prevalecerá este último, podendo a CPL sanear imediatamente incorreções aritméticas.

2.4- Em nenhuma hipótese a proposta apresentada poderá ser alterada, admitidas, a critério da CPL, apenas as alterações absolutamente formais.

2.5- A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos, bem como concordância expressa com a adequação do projeto básico.

3. DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste Convite, mediante prévio agendamento, realizar vistoria técnica nos locais onde serão realizados os serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

3.1.1 – Para os fins do previsto no subitem anterior, a licitante poderá contatar a Secretaria de Engenharia (SENG) do Senado Federal, pelo e-mail ssobra@senado.gov.br, podendo, na oportunidade, esclarecer eventuais dúvidas que tenha acerca das especializações técnicas do objeto do presente edital.



SENADO FEDERAL

3.1.2 – A vistoria deverá ser realizada nos horários entre 10h e 16h, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.1.3 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.4 – A vistoria deverá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa.

3.1.4.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.4.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.4, não será executada a vistoria.

3.1.5 – A *Declaração de Vistoria para Obra*, nos termos sugeridos no Anexo 06, deverá ser assinada pelo responsável técnico da empresa, devidamente registrado no CREA ou CAU nessa condição.

3.2 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.3 – A apresentação da Declaração de Vistoria ou da Declaração de Dispensa de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.

3.4 – Os arquivos digitais das plantas poderão ser solicitados pelo e-mail ssobra@senado.gov.br, em até 3 (três) dias úteis antes da abertura do certame, indicando no campo “Assunto do e-mail” Convite 002/2012 – Solicitação de arquivos.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1- Recebidos os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO) e Nº 02 (PROPOSTAS) o presidente da CPL dará início à reunião, após o que nenhum envelope será aceito.

4.2- Abertos os envelopes referentes à Documentação (Envelope Nº 01), os seus conteúdos serão analisados e rubricados pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes presentes.

4.3- Em seguida, o presidente da CPL anunciará as empresas habilitadas e inhabilitadas, lavrando-se a ata desta fase dos trabalhos, na qual constarão as intervenções porventura feitas pelas licitantes.



SENADO FEDERAL

4.4- Havendo renúncia expressa de todas as licitantes ao direito de interpor recurso contra a decisão da CPL, os trabalhos terão prosseguimento, passando-se à abertura dos envelopes referentes às propostas (Envelope Nº 02) das empresas habilitadas e devolução dos envelopes fechados às empresas inabilitadas, se porventura houver; a seguir, todo o conteúdo dos envelopes abertos deverá ser examinado e rubricado pelos membros da CPL e representantes das licitantes presentes.

4.5- Por fim, o presidente da CPL encerrará a reunião com a leitura da ata de abertura e a conseqüente assinatura de todos os presentes.

5. DO JULGAMENTO

5.1- Para julgamento deste convite, a CPL levará em consideração o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.1.1. Em consonância com a pesquisa de preço médio efetuada pelo SENADO, cujos resultados encontram-se no modelo de planilha orçamentária do Anexo 3, serão desclassificadas as propostas com preço global superior a **R\$ 72.342,29 (setenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos)**. Neste valor está incluído o percentual máximo de 25,5% da BDI.

5.2- Analisados os documentos e as propostas, em confronto com as exigências deste ato convocatório, e feita a classificação por ordem crescente de preços, será indicada a licitante vencedora.

5.3- Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, sendo ainda desclassificada a proposta que consignar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

5.4- No caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-á inicialmente os critérios de preferência previstos no art. 3º, § 2º, c/c o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93, após o que, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para a qual todas as licitantes serão convocadas.

5.5- Caso a proposta mais bem classificada não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 10% (dez por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não tenha representante legal presente na sessão de julgamento, a respectiva empresa deverá



SENADO FEDERAL

ser notificada para o exercício do direito de preferência no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da notificação, sob pena de decadência;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte no limite estabelecido no “caput” deste subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

5.6- Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

6.1- Qualquer impugnação referente a este ato convocatório deverá atender aos requisitos dos §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei 8.666/93.

6.2- As licitantes poderão apresentar recursos contra qualquer ato da administração, decorrente desta licitação, dirigidos ao Diretor-Geral Adjunto, por intermédio da CPL, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 15, inciso VI, e art. 18 do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº. 10/2010.

6.3- Toda impugnação ou recurso referente a este ato convocatório deverá ser protocolizado no Serviço de Protocolo Administrativo do SENADO, localizado no térreo do Edifício Anexo I, no horário de 9 às 17:00 horas, em dias úteis.

6.4- A CPL desconsiderará qualquer impugnação, recurso ou informação que não esteja no original, ainda que devidamente protocolizado.

7. DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

7.1- Homologada esta licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato (Anexo 04) no prazo de 5 (cinco) dias úteis da convocação, ficando sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

7.2- Caso a licitante vencedora não cumpra o estabelecido no item anterior, é facultado ao SENADO convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para



SENADO FEDERAL

fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao prazo e preço.

7.3- As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem as condições previstas no item 7.2, *in fine*, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 7.1.

7.4- Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito à ampla defesa.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Esta licitação será regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelos Atos nºs. 24/98 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO.

8.2 - Integram este edital os anexos:

- a) Anexo 1 - Especificações;
- b) Anexo 2 - Plantas Arquitetônicas (a serem disponibilizadas em meio magnético);
- c) Anexo 3 - Planilha Orçamentária;
- d) Anexo 4 - Minuta de Contrato;
- e) Anexo 5 - Projeto Básico;
- f) Anexo 6 - Declaração de vistoria para obra;
- g) Anexo 7 - Declaração que não possui menor empregado;
- h) Anexo 8 - Declaração que não se encontra em qualquer situação prevista no item 2.2 deste Edital;
- i) Anexo 9 - Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes;
- j) Anexo 10 - Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa; e
- k) Anexo 11 - Modelo de declaração de elaboração de proposta independente;
- l) Anexo 12 - Ato do 1º Secretário nº 10, de 2010.

8.3- No caso de não comparecerem no mínimo 3 (três) licitantes, a(s) proposta(s) apresentada(s) será(ão) devolvida(s) e marcada nova data de abertura.



SENADO FEDERAL

8.4- Se na nova data de abertura não se atingir o número mínimo de 3 (três) licitantes com propostas válidas, a CPL prosseguirá normalmente a licitação, qualquer que seja o número de propostas apresentadas.

8.5- O SENADO poderá promover diligência, em qualquer fase da licitação, para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8.6- Para responder pela licitante e tomar as decisões necessárias durante o procedimento de habilitação e abertura das propostas, o seu representante legal deverá credenciar-se mediante apresentação de ato constitutivo ou procuração (com firma reconhecida, no caso de instrumento particular) e cédula de identidade ou documento equivalente.

8.6.1- O representante não credenciado ficará impedido de qualquer interferência no procedimento licitatório.

8.7- Os envelopes nº 2 (Proposta) das licitantes inabilitadas ficarão por 10 (dez) dias à disposição das licitantes interessadas e, ao final deste prazo, sem que sejam retirados, os mesmos serão destruídos.

8.8- As demais disposições obrigatórias do edital, definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/93, estão previstas nos anexos deste edital.

8.9- As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão esclarecidos e resolvidos pela CPL, na Via N2, Bloco de Apoio II, Senado Federal, ou pelos telefones (61) 3303-3014 e 3303-3036, ou pelo site www.senado.gov.br (Portal da Transparência). Quanto a esclarecimentos de caráter técnico sobre o objeto desta licitação, as licitantes interessadas poderão se dirigir à Secretaria de Engenharia, localizada na Unidade de Apoio I, ou através do telefone (61) 3303-3441.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 01

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Especificações para reforma do espaço onde será instalada a expansão do arquivo deslizante do SEDARQ/SRH, na Unidade de Apoio I do Senado Federal.

SERVIÇOS PRELIMINARES

Demolição de alvenaria em local indicado em planta de Arquitetura.
Retirada de divisórias de madeira em local indicado em planta de Arquitetura.
Demolição de revestimento cerâmico.
Remoção de entulhos.

Materiais e Procedimentos

Para efetuar qualquer demolição, deverão ser devidamente isoladas as redes que interferem na área a ser demolida, como a elétrica, de água e esgoto, ar-condicionado, entre outros, além de removidos todos os vidros e elementos frágeis ou que possam causar quaisquer agravos à integridade física dos operários.

As demolições a serem realizadas, conforme indicação nos projetos, deverão ser efetuadas dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados de forma a se evitarem danos aos operários e a terceiros.

Todo entulho deverá ser transportado diretamente para a caçamba metálica, de modo a não causar transtorno ao ambiente do Senado Federal, devendo ser removida a caçamba nos horários determinados pela Fiscalização.

A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela Contratada, sob orientação da Fiscalização com relação à destinação do material retirado ou demolido.

Os materiais que puderem ser reaproveitados, como portas e bancadas, deverão ser entregues ao almoxarifado da Secretaria de Administração e Patrimônio do Senado Federal (Via N-2).

Obs.: Todo o mobiliário existente no local será retirado pelo Senado Federal.

PAREDES

Alvenaria de Tijolos



SENADO FEDERAL

Construção de alvenaria de tijolos cerâmicos de 08 furos de 9x19x19cm, de ½ vez, em local indicado em planta de arquitetura, assentados em argamassa no traço 1:4 (cimento e areia). As alvenarias coincidentes com o vigamento transversal ao edifício deverão ser arrematadas com tijolos maciços, na forma de encunhamento e com espuma expansiva de poliuretano. As não coincidentes e transversais ao vigamento do edifício vão até a laje ou até a viga.

Os blocos cerâmicos para alvenaria obedecerão as normas da ABNT, atinentes ao assunto, particularmente a seguinte: NB-788/83 (NBR8545).

REVESTIMENTOS

Todas as superfícies em alvenaria serão chapiscadas com argamassa no traço de 1:3 (cimento e areia grossa).

Todas as superfícies chapiscadas receberão reboco industrializado do múltiplo uso da marca Votomassa, Ciplam, ou similar.

O reboco terá acabamento alisado de modo a proporcionar superfície internamente lisa ou uniforme.

PAVIMENTAÇÃO

Antes da regularização do contrapiso deverá ser aplicado branco para que seja diminuída a rugosidade do piso.

Todo contrapiso do SEDARQ deverá ser regularizado com cimentado no traço 1:3 (cimento e areia) com 2 cm de espessura.

O piso a ser assentado na sala de arquivo será em porcelanato da marca Gail, ou similar, nas dimensões 456,8 x 465,8 x 8,5 mm cor 8302 (arena), linha Artigiano.

O rodapé a ser assentado na sala de Arquivo será da marca Gail ou similar, na dimensão 456,8 x 7,5 x 8,44 mm, não retificado, cor 8101 (arena), linha Artigiano.

As soleiras das portas serão em granito cinza andorinha, com espessura de 2cm.

A argamassa a ser utilizada para o assentamento do porcelanato e do rodapé será da cimentocola para uso interno, tipo AC-1, da marca Quartzolit ou de similar qualidade.

Obs.: A Contratada deverá apresentar amostra do porcelanato para aprovação pela fiscalização.

ESQUADRIAS DE MADEIRA

Serão instaladas portas na interligação das salas, conforme padrão do Senado Federal assim como suas respectivas ferragens.

Porta em madeira, com marco do tipo encabeçamento, com vão de 0,90 x 2,10m.

Marco: O marco da porta determinará seu encabeçamento, e será em madeira de lei maciça, tipo Cedro, com 30 mm de espessura, separado da parede por uma peça recuada 15 mm com relação à borda, do mesmo tipo de madeira, com 10 mm de espessura.

Folha: terá 35 mm de espessura e as seguintes especificações:

Requadro: montantes e travessas de madeira, com secagem controlada em estufas e tratamento com substância antifungos e termitas. Terão reforços à meia altura, em ambos os lados, para aplicação de fechaduras.

Capa: Em chapa prensada tipo MDF de 6 mm, com acabamento em resina melamínica na cor branco texturizado.



SENADO FEDERAL

Miolo: Estruturado em madeira de lei maciça, devendo ter perfeita resistência e estabilidade dimensional

As portas obedecerão as normas ABNT atinentes ao assunto, particularmente as seguintes: NBR 8037/1983; NBR 8051/1983; NBR 8052/1986; NBR 8053/1983; NBR 8054/1983; NBR 8542/1986; NBR 8543/1986; e NBR 8544/1984.

Materiais e Procedimentos

As espessuras de madeira das portas obedecerão, rigorosamente, às indicações dos respectivos desenhos de detalhes.

Serão sumariamente recusadas todas as peças que apresentem sinais de empenamento, descolamento, rachaduras, lascas, desigualdade de madeira ou outros defeitos.

As sambladuras serão do tipo mecha e encaixe, com emprego de cunha de dilatação para garantia de maior rigidez de união.

Os parafusos de fixação das ombreiras dos marcos serão ocultados por cavilhas de madeira do mesmo padrão da madeira usada nos mesmos.

Os portais receberão como acabamento pintura com verniz poliuretano.

FERRAGENS

As ferragens da porta de interligação das salas serão da marca La Fonte ou similar, seguindo padronização existente no Senado Federal.

Todas as ferragens serão inteiramente novas, em perfeitas condições de funcionamento e acabamento.

As ferragens, principalmente as dobradiças, serão suficientemente robustas, de forma a suportarem, com folga, o regime de trabalho a que venham a ser submetidas.

A localização das ferragens nas esquadrias será medida com precisão, de modo a serem evitadas discrepâncias de posição ou diferenças de nível perceptíveis à vista.

Os cilindros das fechaduras serão do tipo monobloco, formato oval.

As maçanetas das portas, salvo condições especiais, serão localizadas a 1,05 m (um metro e cinco centímetros) do piso acabado. Nas fechaduras compostas apenas de entradas de chaves, estas ficarão, também, a 1,05 m do piso.

Para a instalação das fechaduras e maçanetas, serão executadas aberturas no montante do requadro – provido de reforço interno. Esta abertura terá as dimensões mínimas necessárias para o encaixe da fechadura, sem deixar folga ou interferir no acabamento da porta.

As portas serão guarnecidas com três dobradiças de abas, sendo uma delas aplicada no meio da altura da porta e, as outras duas, a 20 (vinte) cm das extremidades.

Os rebaixos ou encaixes para dobradiças, fechaduras de embutir, chapas-testes, etc. terão a forma das ferragens, não sendo toleradas folgas que exijam emendas, taliscas de madeira, etc.

Para o assentamento serão empregados parafusos de qualidade, acabamento e dimensões correspondentes aos das peças que fixarem.

As ferragens obedecerão as normas ABNT atinentes ao assunto, particularmente as seguintes: NBR 7178; NBR 7177; e EB-606/72.

As Portas receberão ferragens com acabamento cromado fosco (Referência Comercial: Conjunto 030, Linha tubular. Fornecedor: LaFonte ou similar).

Maçaneta tipo tubular em alumínio, com design ergonômico;

Roseta e espelho em aço inox;



SENADO FEDERAL

Cilindro com 5 pinos;

Dobradiças La Fonte ref. 85LC – 4x3” ou similar e fechadura La Fonte ref. 030/120CR ou similar.

As dobradiças deverão ser de tipo compatível com o peso e dimensionamento da porta, conforme determinação do fabricante.

Amostras das ferragens deverão ser fornecidas para a Fiscalização para prévia aprovação.

FORRO DE GESSO

Será instalado forro de chapas fixas de gesso acartonado constituído por pinos de sustentação, estrutura de sustentação e chapas de gesso. (Referência comercial: Pregymetal / Pregypan, fabricação Lafarge Gypsum ou similar).

Materiais e Procedimentos

Sustentação

Os pinos de sustentação serão do tipo “sistema de fixação a pólvora” ou por buchas de náilon embutidas na laje.

A estrutura de sustentação será constituída por tirante, regulador com mola (“borboleta”), união, canaleta e cantoneira.

Os tirantes serão constituídos por arame galvanizado com diâmetro de 3,175mm (1/8”).

Os reguladores com mola e as uniões serão perfilados em chapa de aço, zincado, bitola nº 20, no mínimo.

As canaletas e as cantoneiras serão perfiladas de chapa de aço, zincado, bitola nº 22.

As canaletas terão as dimensões de 70x20 mm e as cantoneiras, 25x30 mm.

As cantoneiras metálicas 25/30 serão niveladas e fixadas, com parafusos e buchas plásticas a cada 0,40m, obedecendo ao pé-direito indicado no projeto arquitetônico.

As canaletas distarão entre si 0,60m de eixo a eixo, e os tirantes estarão distantes entre si 1,00m.

O forro deverá ser perfeitamente nivelado por meio dos reguladores.

Chapas de Gesso

As chapas serão constituídas por gesso, com aditivos, envolvidos por cartão “multiplex” resistente ao fogo conforme Normas Técnicas, com 12,5 mm de espessura, 1,20 m de largura e 2,40m de comprimento, com bordas chanfradas, para permitir arremate perfeito entre elas.

Serão dispostas transversalmente às canaletas, conferindo, dessa forma, maior rigidez à estrutura de sustentação.

A fixação das chapas à estrutura será efetuada por parafusos fosfatizados, auto-atarraxantes, de fenda “Philips”, a cada 0,20 m.

As juntas entre chapas serão tomadas com fitas vedadoras de poliéster e gesso, de maneira a obter-se superfície aparente lisa, uniforme e nivelada.

Os forros receberão pintura acrílica na cor branco neve fosco sobre massa acrílica.

Inspeções em Gesso

Deverão ser executadas inspeções de 40x40 cm recebendo como abamento perfis metálicos com fita PVC. Estas servirão de acesso as eletrocalhas existentes no teto e para manutenção das máquinas de ar-condicionado.



SENADO FEDERAL

PINTURA

Receberão pintura, conforme projeto, detalhes e especificações, as seguintes superfícies:

Paredes (conforme indicadas no projeto) – Pintura com tinta acrílica acetinada semibrilho de 1ª qualidade, padrão Senado Federal, na cor branco neve. (Ref. Comercial: Coral, Metalatex, ou similar).

Forro de Gesso – Pintura com tinta acrílica fosca de 1ª qualidade, padrão Senado Federal, na cor branco neve. (Ref. Comercial: Coral; Metalatex, ou similar).

Portais – Pintura em verniz poliuretânico.

As superfícies a pintar deverão estar perfeitamente limpas, secas, seladas e lixadas antes que se proceda qualquer operação de pintura.

Os serviços de pintura obedecerão as normas ABNT atinentes ao assunto, particularmente as seguintes: NBR 11702/92; NBR 12554/92; e NBR 13245/95.

Aplicação de Massa Corrida

A aplicação da massa corrida será feita em duas demãos.

Quatro horas após a aplicação do fundo preparador, aplicar massa corrida acrílica de 1ª qualidade, na cor branca, com desempenadeira de aço ou espátula, em camadas finas. (Referência comercial: Coral, Metalatex, Suvinil, ou similar).

Três horas após o fim da aplicação, a superfície deverá ser lixada com lixa própria para massa, grão 100 e todo o pó removido.

Após, realizar uma segunda demão nas mesmas especificações e procedimentos da primeira demão, e três horas após novo lixamento e remoção do pó.

Aplicação de Tinta Acrílica

Forros de gesso e paredes indicadas no projeto receberão pintura em tinta acrílica.

Deverão ser aplicadas quantas demãos forem necessárias para o perfeito cobrimento de tinta acrílica acetinada semibrilho, cor branco neve, nas paredes e tinta acrílica fosca de mesma cor, no forro (Referência comercial: Coral, Metalatex ou Suvinil).

A diluição da tinta seguirá as recomendações do fabricante, não devendo ultrapassar 20% do volume da tinta em água.

Entre uma demão e outra será respeitado o prazo mínimo de 4 (quatro) horas.

Aplicação de Verniz Poliuretânico

As superfícies em madeira receberão acabamento em pintura com Verniz Poliuretânico após a preparação descrita no neste item.

Será utilizado verniz para interiores, com acabamento incolor fosco (Referência Comercial: Verniz Sparlack Fosco Aveludado, ref. 99180 / Ypiranga, ou similar). Serão aplicadas quantas demãos forem necessárias, no mínimo 4 (quatro), com intervalo mínimo de 18 (dezoito) horas entre elas.

A diluição do verniz se dará conforme orientação do fabricante.

Aplicação de Esmalte Sintético

As esquadrias metálicas receberão como acabamento esmalte sintético antiferrugem brilhante na cor cinza seguindo padrão existente.

Recomenda-se a aplicação com pincel sobre superfícies pequenas (com esquadrias) e aplicação com rolo sobre superfícies grandes (como portões). Aplicação a pincel não diluir. Aplicação a rolo, diluir na proporção de 10% com solvente

Esmalte Sintético antiferrugem. Aplicação a revolver diluir na proporção de 50% com solvente próprio. Não usar Aguarrás.



SENADO FEDERAL

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Serviços a executar:

Instalação do quadro de luz e força, em substituição ao existente na área do arquivo.

Fornecimento e instalação das luminárias na área acrescida (arquivo).

Retirada e reinstalação das luminárias na área existente (conforme projeto).

Instalação das tubulações, caixas de passagem e pontos de luz e tomadas.

Instalação da fiação para as luminárias e tomadas de força acrescidas.

Instalação das tomadas, interruptores.

Instalação de ponto de força de previsão para alimentação dos arquivos deslizantes, motorizados.

Materiais a empregar

Quadro de luz e Força, padrão Siemens ou similar, de embutir, com disjuntor geral trifásico de 30 amperes, 10 circuitos parciais monofásicos de 16 amperes, barramentos para as fases, terra e neutro isolado.

Luminária fluorescente completa, 2X28 W, referência FAA 02-E-228 da Lumicenter ou similar, com lâmpadas T5 de 28 W, reator eletrônico, partida rápida, alto fator de potência ($>0,95$), para instalação na área destinada ao arquivo.

Tirante rosqueável, galvanizado de $\frac{1}{4}$ " para fixação de todas as luminárias (as novas e as reinstaladas).

Tubos eletrodutos metálicos, galvanizados, mínimo de $\frac{3}{4}$ " nas instalações externas e tubos eletrodutos PVC, mínimo de $\frac{3}{4}$ " nas instalações embutidas.

Conduletes de alumínio nas instalações externas e caixas PVC 4"x2" e 4"x4" nas instalações embutidas.

Braçadeiras galvanizadas tipo copo para fixação das redes de tubos na estrutura do prédio.

Saídas horizontais para eletrodutos, galvanizadas, da Mopa ou similar, na ligação dos tubos às eletrocalhas.

Copex's metálicos, revestidos, nas interligações das redes elétricas às colunas Dutotec.

Fios Pirastic Flex, bitola mínima de 2,5 mm² na alimentação das tomadas e luminárias.

Interruptores e tomadas, linha Lunare da Primelétrica, normatizadas (Padrão adotado no S.F.).

Coluna Plus std da Dutotec ou equivalente, com 04 porta equipamentos Slim. Cada porta equipamentos com três tomadas RJ 45 AMP, CAT. 6A, e duas tomadas quadradas F.N.T.

PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Serviços a executar:

Fornecimento e instalação de extintores.

Fornecimento e instalação de luminárias autônomas.

Materiais a empregar:

Extintor de 6 kg, tipo A.B.C

Tubo elet. Metálico de $\frac{3}{4}$ " c/ fio Pirastic flex 2,5 mm².

Condulet de alumínio de $\frac{3}{4}$ ".



SENADO FEDERAL

Luminária fluorescente autônoma, 2x9 W, tipo montagem externa, com difusor em acrílico ou policarbonato, autonomia da bateria de no mínimo, 6 horas, funcionamento CEB – Bateria – CEB automático.

Porta Com Barra Antipânico

A porta corta-fogo será do tipo de abrir com eixo vertical, para saída de emergência. Constituída por uma folha simples, batente e ferragens impedindo ou retardando a propagação do fogo, calor e gases do ambiente interno ao externo. A porta instalada será classificada em P-90 cujo tempo mínimo de resistência ao fogo é de 90 min.

Deverá ser verificada a compatibilidade entre os diferentes materiais utilizados para que reações que provoquem deterioração do conjunto sejam evitadas. Não poderá apresentar cantos vivos cortantes que possam provocar ferimentos ao usuário, quando em sua utilização normal.

Na parte superior da testeira da porta, sob a dobradiça superior, deverá ser feita uma identificação indelével e permanente, por gravação ou por plaqueta metálica com as informações de porta corta-fogo conformidade com a norma NBR 11742, identificação do fabricante, classificação P-90, número de ordem de fabricação, mês e ano de fabricação. O selo de conformidade deverá ser instalado na folha da porta, na testeira das dobradiças, sob a placa de identificação.

Acima do piso, após instalação da porta, um letreiro com fundo branco e letras verdes deverá ser instalado com a mensagem: “PORTA CORTA-FOGO É OBRIGATÓRIO MANTER FECHADA”. O letreiro pode ser uma placa, etiqueta auto-adesiva ou uma impressão na própria folha com formato retangular com a maior dimensão na horizontal e área mínima de 75 cm².

Antes de sua instalação, a porta deverá permanecer em local seco e limpo, ao abrigo de intempéries, obedecendo às instruções do fabricante.

A porta deverá ser instalada no sentido de evasão (de dentro do ambiente para fora) com abertura **para a direita**, conforme projeto arquitetônico da reforma.

Os materiais que compõem a capa, o miolo e o revestimento da folha da porta devem ser constituídos com materiais incombustíveis. Para obter as características de vedação às chamas e gases quentes, a folha da porta deve transpor o batente, em faixa contínua, na extensão mínima de 25 mm, encaixando-se em seu rebaixo. A folga admissível entre a folha da porta e o batente é de no mínimo 4 mm e no máximo 8 mm. Entre a folha e a soleira, a folga é de no mínimo 5 mm e de no máximo 10 mm.

O fechamento da folha da porta, ajustada, deverá se processar em um tempo mínimo de 3 segundos e máximo de 8 segundos, quando aberta em um ângulo de 60°.

O batente será do tipo metálico com chapa de aço de espessura mínima de 1,2 mm e deve obedecer às dimensões indicadas na figura 1 da norma NBR 11742. Ao ser instalado, deverá ser completamente preenchido com argamassa de cimento e areia. A soleira deverá ser de material incombustível.

Para colocação das dobradiças e dispositivos de fechamento automático, deverá ser reforçada com chapas de aço, com espessura mínima de 2,65 mm e área de apoio excedendo 50 % da respectiva peça.

No momento da instalação da barra antipânico, executar-se-á um reforço na porta para que, com a utilização e o passar do tempo, a barra não fique insegura ou abaladaça.



SENADO FEDERAL

Materiais a empregar:

- Mola aérea construída em alumínio, instalada pelo lado interno, velocidade de fechamento e trancamento com ajustes independentes, dotada de cobertura removível com acabamento em aço inox. O modelo de referência é a mola aérea da marca LaFonte, modelo DC240.
- Três dobradiças especiais com mola, construídas em aço inox lixado. O modelo de referência é a dobradiça c/ mola em aço inox da marca LaFonte, modelo 385.
- Barra antipânico de acionamento horizontal do tipo *touch*, em conformidade com a NBR 11785, com alarme, dotada de cilindro e puxador em aço inox do lado externo para acionamentos eventuais com chave. O modelo de referência é a barra antipânico da marca Chander Fire, modelo 5810A.
- Alarme de acionamento da barra antipânico conectado a sirene de alarme. O modelo de referência é a sirene de alarme da marca Chander Fire, modelo CL-207L.

AR CONDICIONADO

Fazer a picagem na rede de água gelada que atravessa a sala onde ocorrerá a reforma.

Instalar os climatizadores conforme indicado no projeto fornecido. Obs.: Os climatizadores serão fornecidos pelo Senado Federal.

Instalar os registros e as válvulas de controle dos climatizadores.

Instalar as braçadeiras de sustentação das redes, os isolamentos térmicos.

Instalar o sistema de drenagem dos climatizadores.

Instalar as tomadas de ar exterior.

Instalar o sistema de alimentação elétrica dos climatizadores com o quadro de força e sua Interligação ao quadro geral de ar-condicionado localizado no pavimento superior.

Materiais a empregar:

Tubos de aço galvanizado sem costura, sch 40 (até 2") e tubo sch 40, aço carbono, para solda (3").

Conexões em aço galvanizado para 150 libras (até 2") e conexões em aço carbono, sch 40, para solda (3").

Registro gaveta bruto em latão, mínimo de 3/4" da Deca ou equivalente.

Registro Globo, bruto, em latão, mínimo de 3/4", Deca ou equivalente.

Válvula de duas vias (ON-OFF).

Manta elastomérica ARMAFLEX AF para os diferentes diâmetros das tubulações envolvidas na obra.

Perfilados galvanizados de 30x38 mm fixados ao teto com tirantes rosqueáveis de 3/8", galvanizados, nas sustentações dos climatizadores e das redes de água gelada.

Tubos e conexões em PVC água soldável (marrom) para o sistema de drenagem, fixados à estrutura do prédio com braçadeiras galvanizadas tipo copo e tirantes rosqueáveis de 1/4", galvanizados.

Quadros de força para ar-condicionado, padrão Siemens ou equivalente, tipo embutir, com disjuntor geral trifásico de 25 amperes e dez circuitos monofásicos de 16 amperes, com barramentos para fases, neutro e terra.

Cabo múltiplo 4x4 mm² na interligação entre os Quadros QF-Ar condicionado e QGF-Ar condicionado, com terra 4 mm².



SENADO FEDERAL

Tubos eletrodutos metálicos galvanizados, mínimo de $\frac{3}{4}$ ", com condutores de $\frac{3}{4}$ ", em alumínio, nas redes de interligação entre os climatizadores e o QF-AR CONDICIONADO.

Fios Pirasticflex, ou equivalente, bitola mínima de 2,5 mm² para alimentação dos climatizadores.

Grelha para tomada de ar externo, da Trox ou equivalente, tamanho 60x30 cm.

Braçadeiras galvanizadas tipo copo, bitola mínima de $\frac{3}{4}$ " para fixação da rede elétrica na estrutura do prédio.

Copex metálico, revestido em PVC, de $\frac{3}{4}$ ", empatado nas extremidades, com Box reto em alumínio, nas interligações dos pontos de força às máquinas de ar condicionado.

DIRETRIZES DE PROTEÇÃO

Das medidas mínimas de proteção individual:

- a) Utilização de cinto tipo paraquedista preso à linha de vida, sempre que o operário estiver em posição superior a 2 m de altura do piso;
- b) Linha de vida do tipo cabo de aço, fixada em estrutura independente;
- c) Utilização de óculos de segurança, avental, luvas, máscara antipó e protetores auriculares sempre que houver trabalho com máquinas rotativas e de percussão, do tipo furadeiras, lixadeiras, martelos, serras, polícorde etc.
- d) Utilização de luvas de raspa durante todas as atividades carregamento, transporte e descarregamento de ferramentas e materiais;
- e) Utilização de capacete de segurança em toda a área da obra;
- f) Utilização de botina de segurança com biqueira de aço;
- g) Aplicação de protetor solar para pele durante o desempenho de atividades a céu aberto;
- h) Controle médico;
- i) Qualificação técnica dos trabalhadores para o serviço.

Das medidas mínimas de proteção coletiva:

- a) Sinalização e isolamento da área onde os trabalhos estiverem sendo desenvolvidos, de modo a prevenir o acesso de pessoas não envolvidas diretamente com os trabalhos;
- b) Dotar andaimes e estruturas móveis de elevação de guarda corpo peitoral superior com altura mínima de 1,2 m, peitoral intermediário com altura mínima de 0,7 m e rodapé com altura mínima de 0,2 m e outras condições expressas na NR-18 e NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Das ligações elétricas temporárias:

- a) A ligação dos equipamentos à rede elétrica sempre deve ser feita por meio de conjunto plugue-tomada;
- b) Ligar apenas um equipamento em cada tomada.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 02

PLANTAS ARQUITETÔNICAS

(a serem disponibilizadas pela SENG em meio magnético)

Os arquivos digitais das plantas poderão ser solicitados pelo e-mail ssobra@senado.gov.br, em até 3 (três) dias úteis antes da abertura do certame, indicando no campo “Assunto do e-mail” Convite 002/2012 – Solicitação de arquivos.



SENADO FEDERAL


COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 03

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

 SENADO FEDERAL SECRETARIA DE ENGENHARIA SUBSECRETARIA DE OBRAS		Obra: Reforma do SEDARQ/SRH para arquivo deslizante				
		Local: Unidade de Apoio I				
		DATA: JULHO/12				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	PESQUISA
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	2.642,99				
1.1	Demolição de alvenaria	m²	39,00	41,98	1637,22	SINAPI
1.2	Demolição de piso e argamassa de assentamento	m²	35,00	4,54	158,90	SINAPI
1.3	Retirada de divisória de madeira	m²	48,00	13,54	649,92	SINAPI
1.4	Remoção de entulhos	m³	15,00	13,13	196,95	SINAPI
2	PAREDE	229,28				
2.1	Em alvenaria de tijolo furado	m²	7,50	30,57	229,28	SINAPI
3	REVESTIMENTO	245,55				
3.1	Chapisco	m²	15,00	4,95	74,25	SINAPI



SENADO FEDERAL

3.2	Reboco com argamassa pré-fabricada	m²	15,00	11,42	171,30	SINAPI
4	PAVIMENTAÇÃO	12.237,80				
4.1	Aplicação de branco e regularização cimentado traço 1:3 com espessura de 2 cm, preparo manual.	m²	110,00	25,42	2796,20	SINAPI
4.2	Porcelanato 456,8 x 465,8 x 8,5mm não retificado, GAIL, linha Artigiano, ou produto equivalente com mesma textura.	m²	110,00	67,00	7370,00	PRAÇA
4.3	Rodapé 456,8 X 7,5 X 8,44 mm, não retificado, GAIL, linha Artigiano, ou produto equivalente com mesma textura.	mL	50,00	39,13	1956,50	PRAÇA
4.4	Soleira em granito	mL	1,90	60,58	115,10	PRAÇA
5	PORTAS	389,35				
5.1	Porta em MDF revestida em laminado fenólico melamínico	pç	1,00	389,35	389,35	SINAPI
6	FERRAGENS	518,73				
6.1	Fechadura La Fonte ou de superior qualidade	pç	1,00	467,94	467,94	PRAÇA
6.2	Dobradiça em latão cromado 3" x 3", com anéis	pç	3,00	16,93	50,79	SINAPI
7	FORRO	4.293,04				
7.1	Em gesso acartonado Gipson ou de superior qualidade	m²	110,00	38,00	4180,00	PRAÇA
7.2	Inspeções em gesso 40 x 40cm	pç	4,00	28,26	113,04	PRAÇA
8	PINTURA	9.566,73				
8.1	Emassamento com massa acrílica, duas demãos.	m²	583,00	11,03	6430,49	SINAPI
8.2	Latex acrílica fosca branco neve, duas demãos (parede).	m²	150,00	11,52	1728,00	SINAPI
8.3	Latex acrílica esmaltada branco neve, duas demãos (teto).	m²	110,00	11,52	1267,20	SINAPI
8.4	Esmalte sintético anti-ferrugem, duas demãos (esquadrias).	m²	8,00	17,63	141,04	PRAÇA
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	14.323,57				
9.1	Luminária fluorescente completa, com reator e lâmpada, REF. FAA 02-E-220, da LUMICENTER ou similar	pç	28,00	228,09	6386,52	PRAÇA



SENADO FEDERAL

9.2	Elektroduto de aço galvanizado eletrolítico tipo leve 3/4", inclusive conexões	m	180,00	15,03	2705,40	SINAPI
9.3	Tubo eletroduto PVC de 3/4"	m	60,00	6,88	412,80	SINAPI
9.4	Luva eletroduto PVC de 3/4"	pç	25,00	3,07	76,75	SINAPI
9.5	Curva eletroduto metálica de 3/4" x 90°	pç	19,00	11,08	210,52	PRAÇA
9.6	Curva eletroduto PVC de 3/4"	pç	10,00	3,46	34,60	PRAÇA
9.7	Caixa PVC 4"x4"	pç	3,00	3,31	9,93	SINAPI
9.8	Caixa PVC 4"x2"	pç	10,00	2,08	20,80	SINAPI
9.9	Condulet de 3/4"	pç	28,00	12,67	354,76	SINAPI
9.10	Saída horizontal metálica, galvanizada, para eletroduto de 3/4", com parafusos de fixação no leito	pç	10,00	3,98	39,80	PRAÇA
9.11	Tomada F.N.T. em placa 4"x2", linha Lunare	pç	6,00	20,91	125,46	PRAÇA
9.12	Tomada F.N.T. dupla, em placa 4"x4", linha Lunare	pç	3,00	29,39	88,17	PRAÇA
9.13	Interruptor 02 seções, linha Lunare	pç	2,00	22,61	45,22	PRAÇA
9.14	Braçadeira galvanizada, tipo copão, de 3/4"	pç	40,00	2,83	113,20	PRAÇA
9.15	Parafuso e bucha S-6	pç	40,00	0,57	22,80	PRAÇA
9.16	Tirante galvanizado de 1/4"x1m (fixação de luminárias)	pç	100,00	10,51	1051,00	PRAÇA
9.17	Broca de vídea 1/4"	pç	5,00	16,95	84,75	PRAÇA
9.18	Arame galvanizado #16	kg	1,00	12,21	12,21	PRAÇA
9.19	Fio Pirastic flex 2,5 mm²	m	500,00	2,91	1455,00	SINAPI
9.20	Lâmina de serra	pç	3,00	14,69	44,07	PRAÇA
9.21	Disjuntor monofásico, 16 Amperes, SIEMENS, montado e instalado no QF	pç	7,00	31,65	221,55	PRAÇA
9.22	Disjuntor monofásico, 25 Amperes, SIEMENS, montado e instalado no QF	pç	2,00	39,50	79,00	PRAÇA
9.23	Chave Blindada Tripolar 250V, 30A - Fornecimento e Instalação	pç	1,00	160,67	160,67	SINAPI
9.24	Rolo de Fita isolante (30m)	pç	3,00	11,75	35,25	PRAÇA



SENADO FEDERAL

9.25	Box reto de 3/4", com bucha e arruela	pç	12,00	6,67	80,04	PRAÇA
9.26	Copex metálico, revestido, de 3/4"	m	12,00	16,95	203,40	PRAÇA
9.27	Fio Pirastic flex 4,0 mm ²	m	70,00	3,57	249,90	SINAPI
10	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO	4.500,65				
10.1	Extintor de 6 kg, tipo ABC	pç	4,00	107,38	429,52	PRAÇA
10.2	Porta Corta-Fogo 1,0 m, conjunto composto por folha classificação P-90, batente metálico e dobradiças com mola.	pç	1,00	910,00	910,00	PRAÇA
10.3	Barra Antipânico acionamento horizontal do tipo <i>Touch</i> , em axo inox, com alarme, ref. Chander Fire modelo 5810A.	pç	1,00	1599,00	1599,00	PRAÇA
10.4	Mola hidráulica aérea, ref. LaFonte modelo DC240	pç	1,00	325,00	325,00	PRAÇA
10.5	Sirene de Alarme, ref. Chander Fire modelo CL-207L, inclusive instalação elétrica e ligação com a barra antipânico.	pç	1,00	50,70	50,70	PRAÇA
10.6	Luminária autônoma, com bateria recarregável, 2 x 9W, tipo montagem externa, com funcionamento reversível, automático (CEB-bateria), autonomia de seis horas	pç	4,00	146,94	587,76	PRAÇA
10.7	Tubo eletroduto de aço galvanizado de 3/4", inclusive conexões.	m	24,00	15,03	360,72	SINAPI
10.8	Fio Pirastic flex 2,5 mm ²	m	60,00	2,91	174,60	SINAPI
10.9	Condulet de 3/4"	pç	5,00	12,67	63,35	SINAPI
11	AR CONDICIONADO	8.557,57				
11.1	Tê de aço carbono para solda, de 3"x1 1/4"	pç	2,00	110,77	221,54	PRAÇA
11.2	Tubo de aço galvanizado, sem costura, de 1 1/4"	m	12,00	84,77	1017,24	PRAÇA
11.3	Tubo de aço galvanizado, sem costura, de 1"	m	12,00	66,69	800,28	PRAÇA
11.4	Luva de aço galvanizado de 1 1/4"	pç	2,00	13,45	26,90	SINAPI
11.5	Luva de aço galvanizado de 1"	pç	2,00	10,77	21,54	SINAPI
11.6	Picagem na rede, de 3"	pç	2,00	203,45	406,90	PRAÇA



SENADO FEDERAL

11.7	Joelho de aço galvanizado de 1 1/4"x45°	pç	2,00	22,44	44,88	SINAPI
11.8	Joelho de aço galvanizado de 1"x45°	pç	2,00	17,05	34,10	PRAÇA
11.9	Tê de aço galvanizado de 3"x1 1/4"	pç	2,00	47,91	95,82	SINAPI
11.10	Tê de aço galvanizado de 1 1/4"x1"	pç	2,00	24,71	49,42	SINAPI
11.11	Luva de redução aço 1 1/4"x1"	pç	2,00	19,23	38,46	SINAPI
11.12	Registro de gaveta bruto latão de 1"	pç	2,00	43,37	86,74	SINAPI
11.13	Registro globo de 1"	pç	2,00	93,81	187,62	PRAÇA
11.14	Válvula de duas vias	pç	2,00	144,68	289,36	PRAÇA
11.15	Tinta antiferruginosa	l	1,00	76,86	76,86	PRAÇA
11.16	Pincel de 2"	pç	2,00	16,95	33,90	PRAÇA
11.17	Perfilado metálico galvanizado de 38x38mm	m	36,00	21,36	768,96	PRAÇA
11.18	Tirante rosqueável de 3/8"x1m, com quatro porcas	pç	15,00	15,37	230,55	PRAÇA
11.19	Broca de vídea 5/16"	pç	2,00	18,08	36,16	PRAÇA
11.20	Bucha de nylon S-8	pç	30,00	0,82	24,60	SINAPI
11.21	Tubo AF, elastomérico, Armaflex, para tubo de 1 1/4"	m	12,00	48,69	584,28	PRAÇA
11.22	Tubo AF, elastomérico, Armaflex, para tubo de 1"	m	12,00	27,24	326,88	PRAÇA
11.23	Tubo AF, Armaflex, para tubo de 3"	m	1,00	92,91	92,91	PRAÇA
11.24	União, assento de bronze de 1"	pç	4,00	64,62	258,48	PRAÇA
11.25	Parafuso AA de 3/16"x3/4"	pç	50,00	0,34	17,00	PRAÇA
11.26	Rolo de barbante - 100m	pç	1,00	5,09	5,09	PRAÇA
11.27	Quadro de força, padrão Siemens, para 10 circuitos monofásicos + geral trifásico	pç	1,00	621,65	621,65	PRAÇA
11.28	Disjuntor tripolar Siemens, 25 amperes, para montagem no QF	pç	1,00	58,22	58,22	SINAPI
11.29	Ponto tomada bipolar 10A/250V em piso com eletroduto PVC 1/2" e caixa ferro galvanizado 4x2" sem placa	pç	2,00	59,49	118,98	SINAPI



SENADO FEDERAL

11.30	Cabo 4x4mm ²	m	10,00	7,80	78,00	PRAÇA
11.31	Cabo 4mm ²	m	10,00	3,57	35,70	SINAPI
11.32	Fio Pirastic flex 2,5mm ²	m	80,00	2,91	232,80	SINAPI
11.33	Tubo eletroduto metálico de 3/4"	m	20,00	20,35	407,00	PRAÇA
11.34	Luva eletroduto metálico de 3/4"	pç	8,00	2,26	18,08	PRAÇA
11.35	Condulet de 3/4"	pç	5,00	17,03	85,15	PRAÇA
11.36	Copex metálico de 3/4"	m	2,00	16,95	33,90	PRAÇA
11.37	Box reto de alumínio de 3/4"	pç	5,00	2,17	10,85	SINAPI
11.38	Braçadeira galvanizada, tipo copo, de 3/4"	pç	12,00	2,83	33,96	PRAÇA
11.39	Parafuso e bucha S-6	pç	12,00	0,57	6,84	PRAÇA
11.40	Broca de vídea de 1/4"	pç	2,00	14,69	29,38	PRAÇA
11.41	Rolo de Fita isolante (30m)	pç	2,00	11,75	23,50	PRAÇA
11.42	Tubo PVC água de 25mm	m	18,00	3,50	63,00	PRAÇA
11.43	Luva LR PVC água 25x3/4"	pç	4,00	4,20	16,80	PRAÇA
11.44	Joelho PVC água 25x90°	pç	4,00	4,07	16,28	SINAPI
11.45	Joelho PVC água 25x45°	pç	2,00	4,50	9,00	SINAPI
11.46	Tê PVC água 32x25	pç	2,00	11,50	23,00	SINAPI
11.47	Tê PVC água 25x25	pç	4,00	5,98	23,92	SINAPI
11.48	Tubo de cola para PVC - 250g	pç	1,00	10,85	10,85	PRAÇA
11.49	Folha de lixa	pç	2,00	1,00	2,00	SINAPI
11.50	Lâmina de serra	pç	2,00	14,69	29,38	PRAÇA
11.51	Grelha para ar exterior de 60x30cm	pç	1,00	152,86	152,86	PRAÇA
11.52	Mão-de-obra para instalação dos climatizadores	H/h	16,00	40,00	640,00	PRAÇA
11	LIMPEZA	138,00				
11.1	Da obra	m2	120,00	1,15	138,00	SINAPI



SENADO FEDERAL

TOTAL GERAL		57.643,26			
12	COMPOSIÇÃO DA TAXA DO B.D.I				
12.1	Despesas Administrativas (Central e Local)	%			
12.2	Impostos incidentes sobre faturamento	%			
12.3	ISS	%			
12.4	PIS	%			
12.5	CONFIS	%			
12.6	IR	%			
12.7	Despesas Financeiras e Seguros	%			
12.8	Riscos e imprevistos	%			
12.9	Lucro Bruto	%			
TOTAL DO B.D.I.		%	25,50%		14.699,03
PREÇO TOTAL GLOBAL		72.342,29			
1. Estas planilhas são orientativas. Desta forma, é de inteira responsabilidade do contratado as quantidades e valores necessários a feitura perfeita e completa da obra.					
2. As empresas não poderão usar a unidade Vb (verba) para quantificar as planilhas orçamentárias.					
3. Os preços unitários foram consultados no SINAPI 06/2012, para a localidade de Brasília-DF.					
4. BDI máximo de 25,5% conforme ato do Primeiro Secretário, número 10, de 2010.					



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2012

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____ para reforma do SEDARQ, onde será instalada a expansão do arquivo deslizante.

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO** ou **CONTRATANTE**, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e de outro lado _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____/____-____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, CI _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do CONVITE nº 002/2012, homologada pela Senhora Diretor-Geral às fls. ____do Processo nº 021.432/12-0, incorporando a este instrumento o Edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA (fls. ____/____), sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs. 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a reforma da área onde será instalada a expansão do arquivo deslizante do SEDARQ, com aproximadamente 110 m², localizada na parte inferior da Unidade de Apoio I do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações do Edital, seus Anexos e proposta da CONTRATADA, fls.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - registrar a obra junto ao CREA-DF;
- V** - providenciar todas as licenças necessárias à execução da obra;
- VI** - fornecer as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra, os insumos, o transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.
- VII** - dotar sua equipe técnica de treinamento, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI) que sejam necessários à preservação da incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado Federal;
- VIII** - assegurar que todos os funcionários utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em regramento oficial federal ou local que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, especialmente o disposto na NR-6, NR-18, **NR-35 (requisitos mínimos e medidas de proteção para o trabalho em altura)** e demais Normas Regulamentadoras aplicáveis;
- IX** - acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI's, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância;
- X** - dotar o local da execução dos serviços dos dispositivos de proteção coletiva necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do SENADO;
- XI** - responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao SENADO e a terceiros;
- XII** - não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, instalações de ar-condicionado do SENADO;



SENADO FEDERAL

XIII - promover, às suas expensas, a substituição ou execução em até 05 (cinco) dias úteis dos materiais, equipamentos ou serviços recusados pela Fiscalização.

XIV - proteger os móveis, vidros, instalações e objetos existentes com lonas e outros materiais adequados, de modo a evitar danos;

XV - depositar o lixo e a estrutura retirada proveniente do serviço em local próprio indicados pelo SENADO;

XVI - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da boa aparência estética nos locais que sofrerão intervenções;

XVII - manter o local dos serviços e seus acessos permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos, não sendo permitido, a qualquer tempo, o acúmulo de entulho no canteiro ou em qualquer área externa do SENADO.

XVIII - manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados com crachás.

XIX - observar as disposições e especificações contidas neste Contrato e nos anexos do edital, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;

XX - designar por escrito funcionários para atender ao SENADO, indicar números de telefone e endereços de e-mail para contato;

XXI - executar e acompanhar todos os testes relacionados ao perfeito funcionamento do objeto e todas as instalações cujo funcionamento possa ter sido afetado durante a execução do serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá solicitar por escrito, quando for o caso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, o desligamento de quaisquer partes do sistema elétrico, hidráulico, ou de telecomunicações que se faça necessário para a perfeita execução dos serviços, não incluindo desmonte de qualquer instalação existente no local do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá informar por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, o dia do início dos trabalhos para que seja providenciado o isolamento da área onde o serviço será executado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso seja necessária a desmontagem ou desligamento de qualquer equipamento instalado no local do serviço a ser executado, é necessária prévia concordância e autorização do SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá fornecer previamente ao SENADO relação nominal, para fins de registro e autorização da Polícia Legislativa do Senado Federal, informando os respectivos números de Registro Geral dos documentos de identidade de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, bem como informar qualquer alteração que venha ocorrer na referida relação.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá fornecer previamente ao SENADO relação dos equipamentos e veículos, para fins de registro e autorização de entrada pela Polícia Legislativa do Senado Federal, informando os respectivos números de registros.

PARÁGRAFO SEXTO – Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros, salvo a hipótese de subcontratação na forma estabelecida na Cláusula Quarta deste ajuste.

PARÁGRAFO OITAVO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO NONO - No cadastramento junto ao INSS, quando do preenchimento da “CEI”, no campo “RESPONSÁVEL”, deverá constar o CNPJ da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cabe ao SENADO:

- I** - promover o cumprimento do contrato e documentos;
- II** - dirimir eventuais dúvidas da contratada;
- III** - permitir acesso dos funcionários da Contratada às suas dependências para a execução da obra;
- IV** - comunicar oficialmente à Contratada quaisquer problemas verificados no cumprimento do Contrato;
- V** - recusar qualquer material ou serviço entregue em desacordo com o especificado ou fora das condições contratuais ou do bom padrão de acabamento e qualidade;
- VI** - determinar à Contratada a substituição de qualquer profissional vinculado a essa cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, compreendendo a reforma do espaço onde será instalada a expansão do arquivo deslizante do SEDARQ, na Unidade de Apoio I, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da ordem de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de serviço deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor deste contrato, a qual indicará detalhadamente o serviço, o local, a data e o horário em que deverá ser realizado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica estabelecido que o objeto será executado diretamente e sob orientação e comando exclusivos da CONTRATADA, ressalvada a previsão de subcontratação da Cláusula Quinta, cabendo ao gestor apenas fazer as comunicações necessárias por intermédio do preposto por ela designado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços de demolição e aqueles que emitam mais ruído deverão ocorrer **aos fins de semana, de 18h de sexta-feira às 8h de segunda-feira**, pois existem várias unidades administrativas vizinhas à área da reforma, em funcionamento durante todos os dias úteis de atividade do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá se assegurar que a área em volta da obra esteja sempre limpa e livre de obstáculos (tapume, andaime, ferramenta, entulho etc.) durante todos os dias úteis de funcionamento do SENADO, inclusive áreas de estacionamento.

PARÁGRAFO QUINTO - Observado o disposto no parágrafo terceiro, a CONTRATADA poderá manter frentes de serviço a qualquer tempo, inclusive nos dias úteis no meio da semana, para execução de tarefas que não prejudiquem o funcionamento das áreas administrativas vizinhas.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá manter o local da obra sempre sinalizado e isolado, e não poderá obstruir o trânsito e estacionamento de veículos ou circulação de pessoas nas vias em volta do edifício onde os serviços serão executados nos dias úteis de funcionamento do SENADO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá utilizar caçamba metálica estacionária com capacidade de 5 m³ para o depósito e remoção do entulho resultante da obra. A caçamba será instalada em local próximo indicado pelo gestor, cuja contratação correrá por conta da CONTRATADA. Em hipótese alguma será permitido, a qualquer tempo, o acúmulo de entulho no canteiro ou em qualquer área externa do SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO - Todo e qualquer material a ser utilizado na execução dos serviços, objeto do presente contrato, deverá ser de primeira qualidade e será submetido ao gestor para exame quanto à adequação às especificações contidas no edital, sob pena de não aceitação.

I - Todo e qualquer material similar ou equivalente utilizado que não seja da marca especificada deve ser aprovado previamente pelo gestor.

PARÁGRAFO NONO - Caso ocorra algum problema durante a execução deste contrato ou a qualquer tempo e que seja comprovadamente dela decorrente, não será aceita qualquer tentativa de isenção de responsabilidade sob a alegação de que era o exigido no projeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste contrato:

- a) Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste contrato, NBR 8800 (Projeto de Estruturas de Aço em Edifícios), NBR 6123 (Forças devidas ao vento em edificações), NBR 5639 (Emprego de Chapas Estruturais de Cimento-Amianto), NBR 5640 (Telha Estrutural de Fibrocimento), NBR 5641 (Chapas Estruturais de Cimento-Amianto – Determinação da Resistência à Flexão – Método de Ensaio), NBR 14762 (Dimensionamento de Estruturas de Aço Constituídas por Perfis formados a Frio), NBR 8055 (Parafusos, ganchos e pinos usados para a fixação de telhas de fibrocimento - Dimensões e tipos - Padronização), NBR 9066 (Peças complementares para telhas onduladas de fibrocimento - Funções, tipos e dimensões – Padronização), NBR 9971, NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) e demais normas aplicáveis direta ou subsidiariamente e todas as demais normas técnicas de Engenharia referentes aos sistemas e partes do objeto;
- b) Normas da ABNT específicas que regulem os materiais, suas composições e características, além da descrição constante neste contrato;
- c) Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;
- d) Normas internacionais consagradas;
- e) Recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- f) Recomendações do manual de “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas” do Tribunal de Contas da União;
- g) Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais, Inmetro ou outras instituições consagradas industrialmente;
- h) Recomendações e instruções dos fabricantes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A substituição de integrante da equipe técnica da CONTRATADA, durante a execução dos serviços, depende da aquiescência do SENADO quanto ao substituto, presumindo-se aceito, na ausência de manifestação em contrário dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis da ciência da substituição.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As comunicações e entendimentos do gestor com a CONTRATADA serão feitos por intermédio de livro diário de ocorrências, sendo as folhas rubricadas pelas partes.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O diário de obra deverá estar sempre atualizado e à disposição da fiscalização pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Durante a execução dos serviços deverá ser providenciada a retirada de entulhos regularmente, de modo que não haja acúmulo de tal material no local; após a execução dos serviços deverá ser feita a limpeza completa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA será responsável por qualquer dano causado às estruturas do SENADO, ou a terceiros, bem como qualquer acidente ocorrido durante a execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A CONTRATADA antes da comunicação do término da obra deverá efetuar uma vistoria final acompanhada do gestor deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A fiscalização exercida pelo SENADO não implicará a redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação parcial, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A justificativa deve ser detalhada e conter no mínimo:

- Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;
- Cópia do Contrato Social da empresa;
- Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a Contratada zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA tomará as providências cabíveis e responsabilizar-se-á pelo pleno atendimento, por parte das empresas subcontratadas, às determinações do Projeto Básico, do Contrato e documentos relacionados;

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá comprovar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 1.1.1 a 1.1.4, 1.1.6 “a”, 1.1.8 e 1.1.9 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir de comum acordo com o SENADO, a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - É vedada a subcontratação da totalidade dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado este contrato, o seu objeto será recebido:

I - provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA de que a obra foi encerrada; e

II - definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pelo Diretor-Geral, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, às especificações técnicas dos projetos, às especificações técnicas dos fabricantes, a todas as normas relevantes e a todas as recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construção” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O encerramento da obra é definido como a execução total de todos os serviços e a entrega de todos os materiais definidos nas especificações técnicas e projetos/plantas, incluindo as ligações definitivas de água, esgoto, energia elétrica neste contrato, devendo a obra estar pronta para uso pelo SENADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de inconsistências entre o serviço realizado e o que consta da especificação e dos projetos em anexo, os gestores notificarão a CONTRATADA para que tome as medidas corretivas e regularize a situação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sem ônus para o SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Recebido definitivamente, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra executada, bem assim serviços, equipamentos e materiais, pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) anos, ficando obrigada, de acordo com a legislação em vigor, a



SENADO FEDERAL

reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou de materiais empregados, por exigência do gestor, que lhe assinará prazo compatível com as providências a serem adotadas.

PARÁGRAFO QUARTO – As medidas corretivas, que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado no parágrafo anterior, deverão ser executados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação do SENADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor global de R\$ _____ (_____), de acordo com o cronograma físico-financeiro de desembolso constante da proposta de fls. ____ da CONTRATADA, não sendo em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos diretos e indiretos inerentes ao seu fiel cumprimento, observada a legislação pertinente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será feito, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, mediante o recebimento da nota fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do serviço executado, acompanhada de uma cópia da nota de empenho e da(s) ordem(ns) de serviço(s).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será efetuado após juntada ao processo respectivo do Boletim de Medição, aprovado pela fiscalização de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro de desembolso, e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento efetuar-se-á no prazo de até 09 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, ficando condicionado à prévia atestação do gestor na nota fiscal, bem como à apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima, além dos documentos exigidos no Parágrafo Quinto desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com as notas fiscais, os comprovantes atualizados das Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (**GFIP**) e das Guias de Relação de Empregados (**GRE**); bem como, de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (**CND**), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS (**CRF**) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), anotação da responsabilidade técnica junto ao CREA-DF e, ainda, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, sob pena de suspensão do pagamento.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO - Eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Quarto desta Cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO OITAVO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no PARÁGRAFO QUARTO e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – Estando a CONTRATADA expressamente de acordo com a adequação do projeto básico, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria do SENADO, classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa ____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____, de _____ de 2012.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do presente contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

- I** - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II** - seguro-garantia; ou
- III** - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data do recebimento da ordem de serviço, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no art. 48, § 2º, da Lei nº 8.666/93, prestará garantia adicional, no prazo e dentre as modalidades previstas no “caput” e § 1º desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o mesmo prazo estabelecido no parágrafo primeiro, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando da apresentação da garantia a CONTRATADA deverá comprovar, por meio de documentação própria, o registro da obra perante o CREA (ART).

PARÁGRAFO SEXTO - Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia será liberada após o Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA ficará sujeita ainda a multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação se retardar a execução do objeto ou falhar na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O retardamento da execução ficará configurado quando a CONTRATADA:

I - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias contados da data constante na ordem de serviço;

II - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados. Excetuam-se, neste caso, os feriados prolongados, quando deverá a CONTRATADA notificar previamente o gestor da intenção de interromper os trabalhos no período.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A falha na execução do contrato ficará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das situações previstas na Tabela 1, considerando-se a graduação de infrações previstas na Tabela 3 do parágrafo quarto.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	10 ou mais
2	8 ou mais
3	6 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme as graduações, os valores e as descrições estabelecidas nas Tabelas 2 e 3:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 600,00
3	R\$ 1.000,00
4	R\$ 1.500,00
5	R\$ 3.000,00
6	R\$ 6.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	3	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	4	Por dia e por tarefa designada
3	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização;	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços, desuniformizado ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho;	3	Por empregado e por dia.
5	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço,	1	Por dia de atraso;
6	Não manter a documentação de habilitação atualizada (por item);	1	Por ocorrência.
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	3	Por ocorrência.
8	Deixar de executar serviço nos prazos e horários estabelecidos pela Fiscalização, observados os limites estabelecidos por este contrato;	2	Por ocorrência.
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), quando necessários;	6	Por ocorrência.
10	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da Fiscalização;	3	Por ocorrência.
11	Deixar de refazer serviço não aceito pela Fiscalização, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela Fiscalização;	3	Por ocorrência.
12	Recusar-se a cumprir determinações formais da Fiscalização, inclusive para execução de serviços, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência.
13	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado;	6	Por ocorrência.
14	Quando a Contratada tiver atraso superior a 6 (seis) dias daqueles previstos no cronograma físico-financeiro na execução da obra objeto do contrato.	4	Por ocorrência.

PARÁGRAFO QUINTO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula oitava sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO - Não ocorrendo quitação total da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO - As penalidades aplicadas na forma desta cláusula serão comunicadas ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF e/ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Este contrato vigorará da data da sua assinatura até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de execução do objeto deste contrato é de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, nos termos do art. 57, § 1º, e seus incisos, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2012

Representante do Senado Federal

Representante da Contratada

Diretor da _____

Diretor da _____



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 05

PROJETO BÁSICO

OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para reformar o espaço cedido ao SEDARQ/SRH onde será instalada a expansão do arquivo deslizante dessa unidade, na parte inferior da Unidade de Apoio I do Senado Federal, em Brasília/DF, no local anteriormente ocupado pela equipe terceirizada de manutenção do sistema elétrico, em regime de empreitada por preço global, conforme projeto e especificações constantes deste Projeto Básico.

CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

2. O serviço consiste em:

- 2.1. Demolir paredes de alvenaria e divisórias existentes no interior da área da reforma;
- 2.2. Regularizar o contrapiso e assentar piso em porcelanato;
- 2.3. Colocar forro de gesso e luminárias;
- 2.4. Executar as instalações de ar condicionado;
- 2.5. Realizar a instalação elétrica conforme projeto de instalações anexo.

JUSTIFICATIVA

3. A incorporação pelo Senado Federal dos arquivos de pessoal da SEEP e da SEI levou o Serviço de Documentação e Arquivo da SRH a solicitar a aquisição de um novo arquivo deslizante, no espaço ao lado daquele onde fora instalado um arquivo deslizante no primeiro semestre de 2012.

4. A Sra. Diretora da SRH requereu à DGER a cessão do espaço ocupado pela equipe terceirizada de manutenção do sistema elétrico para a instalação desse novo arquivo, nos termos do requerimento de fls. 1-35 do processo nº. 020915/12-8.

5. Nesse mesmo processo, no verso da folha 35 (Processo 020915/12-8), esse requerimento foi encaminhado pela DGER à SENG “para as providências necessárias ao atendimento do pleito à folha inicial”.

6. Diante de tal necessidade e encaminhamento, procedeu-se à elaboração do presente Projeto Básico para contratação de obra de reforma do espaço em questão.



SENADO FEDERAL

COMPETÊNCIA

7. De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, compete à Secretaria de Engenharia a previsão, a coordenação, controle e direção dos serviços relativos a projetos e obras do Senado Federal.

Art. 222. À Secretaria de Engenharia compete a previsão, a coordenação, controle e direção dos serviços relativos a projetos e obras do Senado Federal (...)

PESSOAL PARA EXECUÇÃO

8. A SENG não possui em seus quadros funcionários ou servidores, comissionados ou efetivos, para executar diretamente esse trabalho.

9. Em seu quadro efetivo, a SENG dispõe apenas de engenheiros, arquitetos, técnicos de edificação e outros servidores administrativos que não possuem especialização ou atribuição funcional para executar diretamente serviços braçais especializados de engenharia.

10. A mão de obra terceirizada da SENG é empregada, basicamente, no reparo de áreas exteriores (calçadas, muros e cercas), e em pequenos serviços internos específicos (reparo de piso, deslocamento de divisória, emassamento de parede). A execução desses serviços, apenas, já lhes absorve todo o tempo disponível.

11. Ademais, mesmo se houvesse o tempo, a execução do serviço pretendido exige o emprego de materiais, ferramentas, equipamentos e recursos não disponíveis no Senado, como piso, luminárias, andaimes, tintas.

12. Por tudo isso, faz-se necessário contratar empresa de engenharia, coordenada por profissional Engenheiro ou Arquiteto, para, por meio dela, executar essa obra solicitada pela alta Administração do órgão.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13. R\$ 72.342,29 (setenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos) conforme planilha de composição de preços constante deste Projeto Básico (Anexo III).

14. Sugere-se que seja realizada **ADJUDICAÇÃO GLOBAL** do objeto, pois o serviço é composto por etapas complementares e interdependentes.

15. A contratação será pela forma de execução indireta e pelo regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

PRAZOS DA CONTRATAÇÃO

16. O prazo previsto para a execução dos serviços é de **60 (sessenta) dias**, contados da emissão da ordem de serviço, com prazo de vigência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato.

17. As empresas licitantes deverão apresentar um cronograma físico-financeiro para execução da obra com detalhamento para cada etapa de medição.

RELAÇÃO ENTRE DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA

18. Demanda prevista: reforma de espaço com aproximadamente 110 m², que inclui demolição de alvenaria, regularização e assentamento de piso, instalação de máquinas de ar condicionado, instalações elétricas na Unidade de Apoio I, do Senado Federal.

19. Quantidade a ser contratada: A mesma demandada.



SENADO FEDERAL

LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

20. O serviço será executado na parte inferior da Unidade de Apoio I, do Senado Federal, nos termos deste Projeto Básico, do projeto e das Especificações Técnicas – Anexo I.
21. Os serviços de demolição e aqueles que emitam mais ruído deverão ocorrer **aos fins de semana, de 18h de sexta-feira a 8h de segunda-feira**, pois existem várias unidades administrativas vizinhas à área da reforma, em funcionamento durante todos os dias úteis de atividade do Senado.
22. A Contratada deverá se assegurar que a área em volta da obra esteja sempre limpa e livre de obstáculos (tapume, andaime, ferramenta, entulho etc.) durante todos os dias úteis de funcionamento do Senado, inclusive áreas de estacionamento.
23. Observado o disposto no item 21, a Contratada poderá manter frentes de serviço a qualquer tempo, inclusive nos dias úteis no meio da semana, para execução de tarefas que não prejudiquem o funcionamento das áreas administrativas vizinhas.
24. A Contratada deverá manter o local da obra sempre sinalizado e isolado, e não poderá obstruir o trânsito e estacionamento de veículos ou circulação de pessoas nas vias em volta do edifício onde os serviços serão executados nos dias úteis de funcionamento do Senado Federal.
25. A empresa licitante deve considerar as restrições de acesso e de trabalho para elaborar sua proposta comercial, uma vez que poderá ser necessário trabalhar no período noturno e nos finais de semana.
26. A Contratada será responsável por qualquer dano causado às estruturas do Senado, ou de terceiros, bem como por qualquer acidente ocorrido durante a execução dos serviços contratados.
27. Carga e transporte de entulho. A Contratada deverá utilizar caçamba metálica estacionária com capacidade de 5 m³ para o depósito e remoção do entulho resultante da obra. A caçamba será instalada em local próximo indicado pela Fiscalização. A contratação das caçambas correrá por conta da Contratada.
28. Em hipótese alguma será permitido, a qualquer tempo, o acúmulo de entulho no canteiro ou em qualquer área externa do Senado Federal.
29. Todo e qualquer material similar ou equivalente utilizado que não seja da marca especificada deve ser aprovado previamente pela Fiscalização.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA

30. A obra será recebida após a execução do contrato:
- 30.1. **Provisoriamente:** Os gestores receberão o objeto provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita pela Contratada de que o serviço foi executado, para fins de verificação de conformidade do objeto entregue às exigências deste Edital e seus Anexos. **O encerramento da obra é definido como a execução total de todos os serviços definidos nas especificações técnicas, incluindo reparos a eventuais danos causados ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros durante a execução do serviço.**
- 30.2. Em caso de inconsistências entre o serviço realizado e o que consta da especificação e dos projetos em anexo, os gestores notificarão a Contratada para que tome as medidas corretivas e regularize a situação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sem ônus para o Senado.
- 30.3. **Definitivamente:** O recebimento definitivo pelo Senado Federal se dará mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que ateste que o objeto do contrato foi fielmente executado pela Contratada, conforme:



SENADO FEDERAL

- Aos termos contratuais;
- As especificações técnicas dos projetos;
- As especificações técnicas dos fabricantes;
- A todas as normas relevantes;
- A todas as recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construção” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

31. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os danos resultantes da execução do serviço.

PRAZO DE GARANTIA

32. Os serviços e os materiais fornecidos pela Contratada estarão cobertos por garantia da Contratada por um período mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo da obra.

33. Nesse período, a Contratada estará obrigada a refazer os serviços e/ou substituir os materiais que apresentarem defeitos, garantindo desta forma a confiabilidade e o desempenho das instalações, às suas expensas, sem ônus para o Senado Federal.

34. As medidas corretivas, que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado no item anterior, deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pelo Senado Federal.

PREVISÃO DOS MATERIAIS, INSTALAÇÕES OU EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

35. Os materiais e instalações estão detalhados na Especificação Técnica – Anexo I – e na Planilha de Composição de Custo – Anexo III.

36. A empresa deverá demonstrar **Capacidade Técnica Operacional**, incluindo a disponibilidade de bens, equipamentos e pessoal, além de capacidade administrativa, para executar o objeto deste contrato.

INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO

37. A Contratada deverá possuir mão de obra qualificada e especializada para a perfeita execução do objeto.

38. A Contratada deverá designar responsáveis técnicos pela execução do objeto, obrigatoriamente profissionais de engenharia civil ou arquitetura que estejam devidamente registrados no CREA ou CAU como responsável técnico pelo objeto da obra e que estejam habilitados para serviços da natureza do objeto e detentores de acervo técnico comprovado.

39. Os responsáveis técnicos deverão assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, garantia do cumprimento das normas de engenharia de segurança do trabalho, fiel cumprimento do prazo e garantia da qualidade técnica.

40. Os responsáveis técnicos deverão, além de suas atividades contínuas na obra, estar disponíveis para atender à Fiscalização em regime de plantão.

CAPACIDADE TÉCNICA EXIGIDA:

41. Tanto a empresa, como o seu responsável técnico, devem comprovar capacidade técnica mínima para executarem os serviços contratados.

42. Para a habilitação técnica das empresas licitantes, elas deverão comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:



SENADO FEDERAL

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

43. **Atestado de Capacidade Técnica Operacional.** Um ou mais atestados de capacidade técnica operacional expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante, acompanhado da cópia da respectiva Certidão de Acerto Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU com circunscrição sobre o local da obra, devendo comprovar que a empresa licitante executou, de forma satisfatória, **serviços de reforma ou construção de edificação** compatível com a característica, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

43.1. - Serviço de **reforma ou construção de edificação** com pelo menos **50 m²**, que inclua o assentamento de piso em porcelanato e instalações de ar condicionado com alimentação de água gelada. Esse valor mínimo corresponde a 45% da área total estimada do objeto da licitação.

CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

44. **Atestado de Capacidade Técnica Profissional.** Comprovação de possuir vínculo, na data fixada para entrega dos envelopes contendo documentação e propostas, com pelo menos um profissional com graduação superior em Engenharia Civil ou Arquitetura, registrado no CREA ou CAU como responsável técnico pela empresa, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU, que o relacione como responsável técnico pela execução de obra com característica, vulto e complexidade compatível com a do objeto da licitação, com quantitativos iguais ou superiores aos exigidos no parágrafo 0.

45. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

VISTORIA TÉCNICA E REGRAS PERTINENTES

46. **A vistoria ao local da obra é facultativa.** Após a publicação do edital de licitação, as vistorias poderão ser agendadas com a SENG/SSOBRA pelo e-mail: ssobra@senado.gov.br, até 3 (três) dias úteis antes da sessão de abertura da licitação.

47. *A Declaração de Vistoria para Obra*, nos termos sugeridos no ANEXO II, somente deve ser admitida se estiver assinada pelo responsável técnico da empresa, devidamente registrado no CREA ou CAU nessa condição.

48. Antes de apresentar sua proposta, a empresa licitante deverá analisar o edital e todos os seus anexos, devendo visitar o local dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a alcançar uma melhor compreensão do escopo dos serviços e tomar conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar os preços ofertados.

49. A empresa interessada deve se munir de toda informação disponível de modo a evitar que sua proposta contenha quaisquer omissões, as quais, como regra, não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

50. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos, informações ou diretrizes ora fornecidos deverão ser, antecipadamente, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para a empresa contratada pleitear a cobrança de “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Por se tratar de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, a empresa deverá computar no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução de todo o objeto da licitação.

GESTÃO DO CONTRATO e ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

51. A gestão do contrato e o acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo da Secretaria de Engenharia, por meio de gestores designados por ato próprio da Diretoria Geral.



SENADO FEDERAL

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

52. As empresas interessadas deverão encaminhar juntamente com sua proposta comercial uma planilha de custos que contemple todas as etapas necessárias para a fiel execução do objeto contratado, nos moldes da planilha apresentada no Anexo III.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

53. A ser definida pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade do Senado Federal, no momento da emissão da previsão orçamentária.

SUBCONTRATAÇÃO

54. Caso a Contratada necessite subcontratar partes específicas do objeto, deverá submeter à Fiscalização, para deliberação, solicitação prévia com justificativa detalhada contendo no mínimo:

54.1. Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;

54.2. Cópia do Contrato Social da empresa;

54.3. Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a Contratada zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

55. A Contratada tomará as providências cabíveis e se responsabilizará pela plena observância, por parte das empresas subcontratadas, das determinações deste Projeto Básico, do Contrato e documentos relacionados.

56. Para fins de cumprimento dos prazos, sugere-se que a Contratada solicite o mais breve possível as eventuais autorizações para subcontratação.

57. É vedada a subcontratação da totalidade dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste Projeto Básico.

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

58. É vedada a participação de consórcio, pois esse tipo de associação de empresas provocaria um aumento do volume de serviço administrativo nas etapas de contratação e gestão do contrato.

SANÇÕES CONTRATUAIS

59. Sem prejuízo das demais penalidades a serem estabelecidas pela equipe de elaboração do edital e minuta do contrato, relativas ao aspecto operacional da licitação, a Contratada poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ser descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do Senado Federal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, além de multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação, se:

59.1. retardar a execução do objeto;

59.2. falhar na execução do contrato.

60. O retardamento da execução ficará configurado quando o contratado:

60.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias contados da data constante na ordem de serviço;

60.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados. Excetuam-se, neste caso, os feriados prolongados, quando deverá a Contratada notificar previamente a Fiscalização da intenção de interromper os trabalhos no período.



SENADO FEDERAL

61. A falha na execução do contrato ficará configurada quando o contratado se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das situações previstas na Tabela 1, considerando-se a graduação de infrações previstas na Tabela 3.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	10 ou mais
2	8 ou mais
3	6 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

62. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme as graduações, os valores e as descrições estabelecidas nas Tabelas 2 e 3:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 600,00
3	R\$ 1.000,00
4	R\$ 1.500,00
5	R\$ 3.000,00
6	R\$ 6.000,00

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	3	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	4	Por dia e por tarefa designada
3	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização;	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços, desuniformizado ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho;	3	Por empregado e por dia.
5	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço,	1	Por dia de atraso;
6	Não manter a documentação de habilitação atualizada (por item);	1	Por ocorrência.
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	3	Por ocorrência.



SENADO FEDERAL

8	Deixar de executar serviço nos prazos e horários estabelecidos pela Fiscalização, observados os limites estabelecidos por este contrato;	2	Por ocorrência.
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), quando necessários;	6	Por ocorrência.
10	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da Fiscalização;	3	Por ocorrência.
11	Deixar de refazer serviço não aceito pela Fiscalização, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela Fiscalização;	3	Por ocorrência.
12	Recusar-se a cumprir determinações formais da Fiscalização, inclusive para execução de serviços, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência.
13	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado;	6	Por ocorrência.
14	Quando a Contratada tiver atraso superior a 6 (seis) dias daqueles previstos no cronograma físico-financeiro na execução da obra objeto do contrato.	4	Por ocorrência.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

63. A Contratada deverá demonstrar quando da execução do serviço o fiel cumprimento das normas técnicas relacionadas, a utilização de equipamentos adequados e instalação dos materiais conforme solicitados pelo projeto anexo.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 034.107/11-8)

ANEXO 06

DECLARAÇÃO DE VISTORIA PARA OBRA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do(a) *[Identificação da Licitação]*, que eu, *[Nome completo do Responsável Técnico pela Empresa]*, *[Profissão]*, portador(a) do CREA/CAU nº *[Número do CREA/CAU]* e do CPF nº *[Número do CPF]*, responsável técnico pela empresa *[Nome da Empresa Licitante]*, estabelecida no(a) *[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]* como responsável técnico para os fins da presente declaração, vistoriei todos os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em consideração, ou não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para demonstrar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico pela Empresa)

(CREA/CAU No.: _____)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 07

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.
(EMPREGADO MENOR)**

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____, estabelecida na _____ (endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Brasília, ____ de _____ de 20__

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 08

**DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE NÃO SE ENCONTRA EM QUALQUER
SITUAÇÃO PREVISTA NO ITEM 1.1.8 DESTE EDITAL**

(nome/razão social) _____ inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do
disposto no item 1.1.8 do Edital _____, sob as sanções administrativas cabíveis e
sob as penas da lei, não estar a empresa, por qualquer motivo, punida com suspensão do
direito de licitar, ou declaradas inidônea por qualquer outro órgão da administração pública
direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

(representante legal)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 09

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada em _____, declara, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, _____ de _____ de 2012.

(assinatura do representante legal)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 10

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E
SOCIEDADE COOPERATIVA**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da CI nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no subitem _____ do Edital _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Brasília, ____ de _____ de 20____.

(representante legal)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 11

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Ref: CONVITE Nº ____/2012

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no subitem ____ do Edital de Convite nº ____/20__, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Convite nº ____/20__ foi elaborada de maneira independente pela ____ (Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Convite nº ____/20__, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Convite nº ____/20__ não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Convite nº ____/20__, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Convite nº ____/20__ quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) o conteúdo da proposta apresentada para participar do Convite nº ____/20__ não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Convite nº ____/20__ antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) o conteúdo da proposta apresentada para participar do Convite nº ____/20__ não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do SENADO FEDERAL antes da abertura oficial das propostas; e

(f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), ____ de _____ de 2012.

(representante legal da licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVITE Nº 002/2012

(Processo nº 021.432/12-0)

ANEXO 12

ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 10, de 2010

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e observando o disposto no artigo 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985:

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos itens que compõem a Bonificação e Despesas Indiretas - BDI às alterações legislativas, especialmente no âmbito tributário;

CONSIDERANDO as orientações contidas no Acórdão nº 325-09/2007 - TCU/Plenário;

CONSIDERANDO o enunciado da Súmula nº 254 do Tribunal de Contas da União;

RESOLVE:

Art. 1º Nas obras contratadas pelo Senado Federal, o percentual relativo à Bonificação e Despesas Indiretas - BDI fica limitado ao máximo de 25,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento).

§ 1º. O limite de que trata este artigo será indicado nos atos convocatórios relativos às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia.

§ 2º. Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados pelo órgão técnico competente, o percentual poderá ultrapassar o limite estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 2º - Para os efeitos deste Ato, considera-se BDI a bonificação ou lucro e os custos indiretos da obra, assim composto:

- I. despesa administrativa central - ADM;
- II. impostos incidentes sobre o faturamento - IMP;
- III. despesas financeiras - DEF;
- IV. riscos e imprevistos - RI;
- V. lucro bruto - LB.

Art. 3º - Na apuração do BDI deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$\text{BDI \%} = (1 + \text{ADM \%} + \text{DEF \%} + \text{RI \%} + \text{LB \%}) / (1 - \text{IMP \%}) - 1$$

§1º. No limite estimado pelo Senado Federal foram adotados os seguintes percentuais:



SENADO FEDERAL

- a. ADM = 8%
- b. IMP = 5,65%
- c. DEF = 1%
- d. RI = 1%
- e. LB = 8,43%

§ 2º. Para cálculo do percentual de impostos incidentes sobre o faturamento foram considerados:

- a. ISS = 2%
- b. PIS = 0,65%
- c. COFINS = 3,00%

Art. 4º - Os atos convocatórios relativos a obras e serviços de engenharia conterão planilhas orçamentárias detalhando os materiais e a mão-de-obra a serem utilizados.

Art. 5º - Fica revogado o Ato do Primeiro-Secretário nº 01, de 2006.

Art. 6º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de abril de 2010. Senador **Heráclito Fortes**, Primeiro-Secretário.

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4449 de 04/05/2010